

CEDI - P. I. B.
DATA 10.06.86
COD. SPD 10

II- OS SURUI DO P.I. SORORO

1- A questão territorial: localização e história

Os Surui, grupo indígena pertencente ao tronco linguístico Tupi, estão localizados na região do baixo rio Araguaia, a 120 km ao sul de Marabá. Situados entre os igarapés Gameleira (afluente do rio Araguaia) e Grotão dos Caboclos, um dos formadores do rio Sororó (afluente do Itacaiunas), os Surui permaneceram exatamente em seu território tradicional, deslocando a aldeia quantas vezes foram necessárias, ao se refugiarem das guerras com outros grupos tribais - notadamente Karajá e Kaiapó - e, mais tarde, das pressões exercidas por segmentos da sociedade nacional.

A atual aldeia Surui está situada a cerca de 6 km da estrada OP-2, aberta pelo Exército em 1972, cortando a porção leste daquela área indígena. A estrada liga S. Domingos à S. Geraldo do Araguaia, sendo povoada principalmente por pequenos proprietários. Está sendo reconstruída pelo 2º BEC (Batalhão de Engenharia e Construção) de acordo com um novo traçado, ampliando a área desmatada no interior da reserva.

Em 1961, LARAIA, autor dos poucos trabalhos publicados sobre os Surui (1963, 1965, 1967a e b, 1972a e b), contou apenas 40 pessoas que sobreviveram às diversas epidemias de gripe e outras moléstias advindas com o contato, responsáveis pela acentuada depopulação sofrida pelo grupo. Este período foi marcado por profundas alterações na organização sócio-política da sociedade Surui (cf. 1963), o que pode ser verificado ainda nos dias atuais. É importante indicar, no entanto, que em 1953 - época do contato efetivo do grupo com um missionário dominicano da Prelazia de Marabá - esta sociedade contava com

uma população calculada em cerca de 100 indivíduos (6f. 1967b:29), o mesmo número que apresenta atualmente, transcorridos 30 anos.

Este autor, que realizou pesquisas entre os Surui e os Akuáwa-Asurini (no rio Trocará) afirma ainda que estes dois grupos fizeram parte, num passado não muito remoto, de um único grupo maior que, por um processo de cisão, desmembrou-se, dando origem a comunidades menores. Esta foi uma conclusão formulada pelo autor após a realização de um estudo comparativo sobre aspectos ligados à cultura material, organização social e sistemas mágico-religiosos deste dois grupos indígenas.

A exploração dos castanhais situados na região ao sul de Marabá começou por volta do início da década de 40. Foi quando os então aventureiros - hoje grandes proprietários de terras e chefes políticos locais - começaram a se estabelecer e, disputando castanhais no território Surui, passaram a empreender expedições de extermínio ao grupo, com emboscadas e incêndio de suas aldeias.

Por volta de 1947, quando os coletores de castanha estabeleceram uma "colocação"¹ no local denominado "Cajueiro" (ver no mapa anexo), próximo de uma aldeia antiga, os Surui tentaram uma aproximação. O encarregado e seus empregados abriram fogo contra eles, ferindo alguns. Data desta mesma época a primeira mudança para a aldeia em que estiveram até 1978, distante cerca de 8 km do "Cajueiro".

¹ São barracas de palha de babaçu, construídas na mata, junto à concentração das castanheiras, para o abrigo dos coletores durante a safra.

Em 1952, frei Gil Gomes Leitão - que faria, mais tarde, a aproximação pacífica com os Gaviões - realizou a primeira tentativa de contato com os Surui. Partiu com alguns homens de Xambioá, às margens do Araguaia e, ao chegar à aldeia, encontrou a deserta. Alguns dias depois, os Surui visitaram três casas de sertanejos, próximos ao igarapé Xambioá, onde deixaram jabutis, bananas e adornos plumários, retribuição que causou um certo pânico na área.

No ano seguinte, frei Gil conseguiu o seu primeiro contato com os Surui, que aguardavam na aldeia. No entanto, não lhe foi permitido pernoitar, o que só conseguiu em 1960. Visitava-os anualmente, levando inúmeros presentes. Entusiasmados com os resultados dos contatos com o missionário, em "outubro de 1957, nas margens do Sororozinho (principal afluente do Sororó), próximo ao local denominado "Fortaleza", os Surui tentaram uma nova aproximação com os castanheiros. Foram repelidos à bala, um índio morreu e três outros ficaram feridos" (cf. LARAIA, 1967b: 30).

Réfugiavam-se então nas cabeceiras dos igarapés, dentro de um mesmo território tradicional. A permanência desta ocupação estaria vinculada à própria relação com as antigas aldeias e os mortos e, portanto, fortemente calcada num plano mágico-religioso.

Durante muito tempo, a assistência aos Surui foi prestada pelo próprio frei Gil Gomes, diante da completa ausência de agentes do antigo Serviço de Proteção ao Índio. (Só em 1973 a FUNAI instalou um Posto na área, denominado "Sororó"). As invasões no território Surui eram frequentes nos períodos de ausência daquele missionário. O contato com os sertanejos, recebidos com ilimitada confiança pelos índios após a morte do velho chefe Mušená, foi marcado por epidemias de varíola, varicela e gripe. Os

Surui passaram a imitá-los efetivamente com o uso de roupas, corte de cabelos e construção de casas, desfigurando o padrão tradicional de uma única moradia, abrigando famílias extensas. Já aldeia encontrada pelo missionário no primeiro contato possuía duas casas, no estilo regional.

Para evitar novas invasões, o frei levou para a área um casal de regionais, que construíram um rancho a três km da aldeia e lá permaneceram até 1965. Neste período, os Surui puderam retomar, ainda que temporariamente, alguns de seus costumes tradicionais. A habitação do tipo regional foi destruída, alguns índios deixaram crescer os cabelos novamente; plantaram uma grande roça que produziu bons resultados em 1961.

Com a ocupação da região, acelerada a partir do final da década de 60, por uma população de pequenos lavradores expulsos de diversas outras áreas do país - Goiás, Maranhão, Piauí, Pernambuco, Bahia, Espírito Santo e Minas Gerais - o contato dos Surui com estes regionais foi-se intensificando. A sua subsistência passou a depender, quase que exclusivamente, das trocas e pequenos negócios que com eles realizavam, como as plantações de mandioca e a fabricação de farinha em regime de "meia".

Até então, o acesso a esta área dava-se por trilhas na mata e pelos igarapês, na época das chuvas. Em 1972, com a eclosão de um movimento guerrilheiro na região, o Exército exigiu a abertura de estradas "operacionais", partindo da Transamazônica em direção ao rio Araguaia. Uma dessas estradas, a OP-2, cortou então o território SURUI, de norte a sul, pelo leste.

Os conflitos existentes entre os Surui e os kamará (os "brancos", "cristãos") eram devidos às intrigas e à disputa pelo território tribal. A tensão tendia a aumentar durante a época da safra de castanha (chuvas), quando os dois grandes proprietários vizinhos invadiam as "colocações" a norte e noroeste da

área, ~~que ficou~~ considerada "em litígio" desde 1969. Nesta é poca, frei Gil Gomes conseguiu obter um decreto presidencial que interditava, em caráter provisório, uma área exígua para o confinamento dos Surui, antes que perdessem completamente o território. O missionário anteviu que a ocupação desordenada por parte dos pequenos lavradores e a emergência dos processos de "grilagem" de terras representavam uma séria ameaça à integridade do território Surui, já reduzido pelo fato de os "fazendeiros" os terem empurrado até as cabeceiras do Grão dos Caboclos.

As pressões constantes que o missionário vinha sofrendo por parte daqueles grandes proprietários, exatamente devido à questão do território Surui, resultaram numa delimitação, de acordo com aquele decreto, que excluía os grandes castanhais da área indígena (a porção considerada "em litígio"). Exatamente aqui encontram-se restos de roças antigas dos Surui e cemitérios de suas aldeias abandonadas.

Com uma assistência precária, sem castanhais e num território exíguo, os Surui passaram a ser identificados pela população regional enquanto "pobres", equiparando-se a sua maioria, os posseiros, com quem estabeleceram relações calcadas em laços de compadrio. Moradores das redondezas frequentemente ainda procuram a aldeia em busca de medicamentos e outras mercadorias (alimentos, sobretudo), certos da boa receptividade por parte dos Surui.

O estabelecimento de uma rede de relações, quase que simétricas, entre os Surui e a miserável população regional, marca uma forte aliança face ao poder dos grandes proprietários. Esta talvez tenha se constituído na estratégia de defesa do parco território, garantindo^{lhes} assim alguma integridade ~~em~~, apesar do acirramento dos conflitos que se verificam atualmente naquela

região.

Foi só a partir de 1973, conforme mencionado, que a FUNAI instalou um Posto Indígena na área. Nesta mesma época, algumas promessas de revisão do decreto de 1969, tendo em vista a ampliação do território, foram feitas aos Surui por elementos das Forças Armadas, como "recompensa" pelo auxílio, como "batedores" na mata, no combate ao movimento guerrilheiro do Araguaia.

Antes da instalação do Posto, os castanhais pertencentes aos Surui eram arrendados aos "fazendeiros" das redondezas. Com a renda assim obtida, frei Gil Gomes conseguiu prestar assistência ao grupo por algum tempo não tendo permitido, de certa forma, que eles a coletassem castanha para fins de comercialização. Mas através do Posto da FUNAI, os Surui também foram engajados naquela forma de produção mantida pela Delegacia Regional de Belém, que passou a utilizá-los enquanto mão-de-obra coletora. A manipulação, por parte dos agentes tutelares, de estereótipos como "preguiçosos" e "que precisam aprender a trabalhar", levou à imposição do trabalho na coleta da castanha, prática que viria a torná-los "trabalhadores".

Devido à dificuldade de escoamento da produção - pois na época das chuvas a OP-2 permanece intransitável - durante as safras de 1974 e 1975 e sob forte determinação da Delegacia da FUNAI, os Surui chegaram a vender a produção de seus pequenos castanhais (cerca de 370 hectolitros) aos grandes proprietários vizinhos, justamente os invasores de seu próprio território.

A obtenção de mercadorias básicas - sal, querosene, munição - ao menos no decorrer da safra levou-os a organizar sucessivos saques aos "barracões" dos grandes castanhais nos limites da área, que nos períodos de safra ficam em posse de dois grandes proprietários, ocupando assim cerca de dois terços do territo-

rio Surui. Houve épocas em que o temor aos "ataques dos caboclos" dificultava a arregimentação de mão-de-obra coletora para aqueles castanhais "em litígio".

Um terceiro grande proprietário da região ocupava, até 1974, uma parte do último terço do território Surui. Esta porção, considerada não muito rica em castanhais, foi devolvida aos índios mediante acordo verbal com o então "proprietário" que reconheceu a antiguidade de ocupação da área pela população tribal: por volta de 1940, os Surui tiveram lá uma aldeia.

Em setembro de 1974, os Surui foram transferidos para uma nova aldeia, onde se fixara inicialmente a sede do Posto da FUNAI. Aquele local, abandonado no início do ano seguinte, havia sido escolhido pelo trabalhador braçal do Posto, * devido à "beleza da paisagem". Apresentava, no entanto, péssimas condições de fixação para o grupo: "escassez de água, raridade de caça, além de ser um terreno pedregoso e acidentado" (QUEIROZ, 1975). Estas condições provocaram, em abril de 1975, o retorno ao antigo aldeamento, reconstruído pelos Surui, de acordo com padrões regionais: moradias de duas águas, em duas fileiras alinhadas. A proximidade da estrada e dos pequenos núcleos populacionais - São Raimundo dista apenas 8 km da aldeia - foram fatores que também os levaram a abandonar aquele local. E, em 1976, a FUNAI mais uma vez reconstruiu a sede do Posto, a 50 metros da velha aldeia.]

A revisão do antigo decreto de interdição da área Surui foi iniciada a partir de 1975 e intensificada no ano seguinte, quando da vigência do "Plano Integrado de Desenvolvimento Comunitário Gavião-Surui", * através da FUNAI. Vários mapas detalhados da área tradicional foram elaborados e encaminhados à cúpula do órgão tutelar. No entanto, por ingerência dos proprietários vizinhos, agentes regionais da FUNAI passaram a

persuadir os Surui a abandonar a idéia de reaver aqueles castanhais, em troca da oferta de uma área de velhas "capoeiras" ao longo da pequena estrada OP-2, exatamente onde os posseiros haviam se fixado.

Naquela época, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) procedia ao levantamento desta população para a entrega de títulos de ocupação. A questão da área indígena ali encrustada deveria, portanto, ser rapidamente solucionada. Assim, alguns agentes do órgão tutelar, juntamente com os do INCRA, chegaram a se deslocar até a área indígena para, à revelia da cúpula da FUNAI, dar início à demarcação. Registrou-se então uma inusitada reação por parte dos Surui, expulsando da aldeia os agentes governamentais que propunham a fraude, flechando o veículo que os transportava. Este episódio fez com que cessassem atitudes manipulativas.

Os posseiros, por sua vez, que temiam a simples desapropriação, procuravam os Surui para obter esclarecimentos. Reafirmando seus laços de compadrio e solidariedade, os índios afirmavam que "ficassem tranquilos", já que aquelas terras "não lhes interessavam. - Sem mata (e sem caça), as áreas de "capoeiras" já se encontravam bastante ocupadas por pequenos lavradores, expulsos de outras regiões do país, conforme mencionado.

Em 1976, em razão de um surto epidêmico de gripe, uma pequena produção de castanha - cerca de 40 hectolitros - foi coletada na área por eles e comprada pelos Gaviões de Mãe Maria que, naquela safra, passavam a gerir completamente suas atividades. Diante da garantia de finalmente reaverem o território tradicional - e os grandes castanhais que lhes pertenciam - a produção da safra de 1977 foi organizada pelos Surui. No entanto, a comercialização da produção foi efetuada nas redondezas, a especuladores, por intermédio de um dos Surui. A inexpressiva renda obtida acabou sendo totalmente dispendida por este índio,

em Marabá, em benefício próprio, o que desapontou os demais integrantes do grupo, levando-os a pensar em outras formas de organizar a comercialização da produção.

Só em meados de 1977 o antigo decreto foi revogado com uma ampliação da área Surui, através de um dispositivo interno à FUNAI, a chamada "Remarcação administrativa", que não requer decreto presidencial. Ao final daquele ano foi concluída a demarcação de 26.000 hectares.

No entanto, persistiram as pressões dos "fazendeiros" e, logo no início da safra de 1978, seus castanheiros ocuparam a área, o que levou os Surui a organizarem novos saques aos "barracões", pondo em uso estereótipos que eles já haviam manipulado em ocasiões anteriores ("caboclo bravo"). Embora o território Surui estivesse já completamente demarcado, agentes locais e regionais do órgão tutelar estiveram na aldeia Surui, juntamente com um dos grandes proprietários vizinhos. Propuseram então aos Surui que, "pela última vez" os castanheiros - contratados pelo "fazendeiro" - que tivera sua propriedade reduzida com a redemarcação da área indígena - coletariam a castanha de determinadas "colocações", uma vez que o proprietário necessitava saldar compromissos financeiros junto à rede bancária oficial. E, como "pagamento", os Surui receberam três cabeças de gado bovino.

No decorrer da safra de 1978, a administração da produção foi de fato reorganizada. Os Surui, contudo, não chegaram a trabalhar na coleta, assim se justificando: -"Agora a gente num faz mais serviço pesado: bota é kamará ("civilizado") pra trabalhar!" Com os recursos obtidos com a comercialização da safra - efetuada novamente a especuladores das redondezas - os Surui remuneraram toda a mão-de-obra regional que haviam contratado (coletores e tropeiros), sem que restasse qualquer dívida a ser saldada ou mesmo algum dinheiro.

Em 1979 houve um novo arranjo interno e a produção passou a ser finalmente comercializada em Marabá, com o apoio da Ajudância da FUNAI e a colaboração de um índio Potiguara, que trabalhara junto aos Gaviões durante alguns anos. Foram contratados poucos "civilizados" para o trabalho de coleta e os índios, tendo já adquirido uma tropa de muares, encarregaram-se do transporte da castanha até à beira da OP-2, local de onde partiu a produção, em caminhão fretado, com destino à Marabá. O êxito daquela safra foi marcado pela derrubada de grandes roças novas. Em meados do ano realizou-se, com grande entusiasmo, um ritual que havia sido praticamente abandonado pelos Surui, o Karuwara, cerimonial que se estendeu por vários dias consecutivos, iniciado logo após a queimada das roças, com o começo da estação seca.

Persiste, no entanto, a necessidade da correta redemarcação daquela área indígena. Os Surui afirmam que, por ocasião dos trabalhos efetuados em 1977, eles chegaram a apontar à equipe de topógrafos as incorreções (verificadas in loco) em relação às propostas elaboradas por eles mesmos e encaminhadas, sucessivamente, à cúpula da FUNAI. Foram logo dissuadidos de apresentar então os pedidos de correção, diante da alegação de que era aquela a "última oportunidade" (sic) de verem o seu território demarcado. Vinham-se acirrando os conflitos pela posse da terra naquela região do baixo Araguaia.

Áreas de ocupação tradicional dos Surui - já que se encontram ali restos de roças e cemitérios recentes - abrangendo castanhas produtivas foram, conforme explicitado, objeto de manipulação, tendo em vista interesses político-econômicos locais. Considerando agora o apressamento que se verifica com a atuação do GETAT (que substituiu o INCRA na região), a correta redemarcação do território Surui surge como a questão mais urgen-

te a ser solucionada por setores governamentais, a fim de que o acirramento dos conflitos e tensão social existentes não venham a se estender tragicamente aos Surui.

Por outro lado, a reconstrução da estrada OP-2 virá a desencadear mudanças significativas na região. Ônibus de linhas comerciais virão a trafegar pelo interior da área indígena - a partir de julho próximo, conforme previste - cujos limites a leste vinham sendo respeitados por um acordo tácito de solidariedade entre os Surui e a população das vizinhanças. A intensificação dos movimentos migratórios tornará necessária uma sinalização adequada da estrada e maior vigilância no trecho ali compreendido.

A carta elaborada por um representante dos Surui, Tiremê, e recentemente encaminhada à cúpula da FUNAI (cópia em anexo), apresenta claramente todas as justificativas para a ampliação do exíguo território atual. Existem vários relatórios do atual chefe do P.I. Sororó onde estas questões foram detalhadamente abordadas. Ainda por ocasião da viagem realizada em julho de 1982 pelo Dr. João Paulo Botelho Vieira Fº, da Escola Paulista de Medicina, os Surui elaboraram um pequeno croquis das incorreções verificadas, encaminhado pelo médico à cúpula da FUNAI.

Anexo a este relatório encontra-se um croquis agora bem maior, elaborado por um dos mais velhos componentes do grupo, Warini. Constam ali como referências básicas algumas "colocações" de castanha, antigos aldeamentos - com nomes de pessoas que ali nasceram - e cemitérios dos Surui (homens dos que estão lá enterrados). A preservação destes sítios prende-se à continuidade da existência dos Surui, num plano essencial.

A caça, como fonte primordial de obtenção de proteínas e, portanto, básica à subsistência dos Surui, só é encontrada exata-

mente na porção oeste que lhes foi subtraída do território com a demarcação fraudulenta de 1977. A coleta de castanha, por sua vez, abundante nesta mesma porção da área, constituiu-se na principal atividade econômica dos Surui atualmente, conforme apresentado, para fins de comercialização e consequente aquisição de bens industrializados, considerados por eles necessários.

Talvez não seja apressado afirmar que toda a sorte de manipulação a que os Surui estiveram - e estão - sujeitos por parte de todos os segmentos da sociedade nacional que os envolvem de modo crescente - missionários, posseiros, comerciantes, "grileiros", grandes proprietários, agentes governamentais, etc. - caracteriza um processo de marginalização não apenas daquela sociedade indígena, como apontava LARAIA (1967 b), mas de toda a população da região do baixo Araguaia.

2 - Dados populacionais e transformações no sistema de organização social Surui

Decorridos cerca de trinta anos de contatos permanentes com a sociedade regional, os Surui sofreram inúmeras alterações em seu tradicional sistema sócio-político-cultural. A drástica redução da população nos anos que, imediatamente, antecederam e sucederam ao contato inicial é um fator que deve ser considerado como o causador de várias mudanças.

Um processo de vigoroso crescimento demográfico que se verificou entre os Surui a partir de meados da década de 70 é possível resultante da assistência sistemática prestada ao grupo e apresenta, sem dúvida, implicações de caráter territorial. A reprodução biótica do grupo só se verifica mediante condições efetivas de expansão e ocupação territorial. Na medida em que novas famílias nucleares vão se constituindo, surge a necessidade de ocupação de novas porções para a formação de roçados de subsistência.

QUADRO DEMOGRÁFICO ¹	
ANO	POPULAÇÃO TOTAL
1953	100 (estimada)
1961	40
1969	42
1975	66
1976	74
1977	73
1978	79
1979	80
1981	83
1983	101

¹ Dados extraídos de relatórios diversos (Lauria, 1967, *Amorim*, 1974 e *Fernandes*, 75 a 83)

ABRIL - 1983				
	M	F	M	F (<u>kamará</u>)
0-10 anos	26	20	1	-
11 -20	6	16	-	-
21- 30	3	5	-	3
31- 40	7	5	-	-
41- 50	4	1	-	-
51- 60	2	-	-	-
60 e +	1	1	-	-
TOTAL	49	48	1	3
	97		4	

Entre os Surui verificam-se atualmente três casos de casamentos interétnicos - homens casados com mulheres regionais - embora seja proporcionalmente maior a população feminina. Nascimentos cada vez mais freqüentes de crianças do sexo masculino tenderão a desestabilizar este quadro.

O reduzido número de homens adultos engendrou a adoção de uma nova forma de divisão sexual do trabalho, obedecendo em grande parte aos padrões vigentes no âmbito da sociedade regional, o que parece solucionar a questão da obtenção de alimentos. Arroz, feijão, café, açúcar e sal transformaram a dieta tradicional do grupo e mercadorias como lanternas, pilhas, lamparina, utensílios domésticos, sabão, etc. introduziram novos hábitos e necessidades para os Surui.

O trabalho nas roças é uma atividade ainda realizada pela família nuclear entre os Surui, embora as tarefas femininas sejam agora muito restritas. Cada família tem a sua roça de mandioca, batata, milho (dois tipos), inhame, cana-de-açúcar, algodão e vários tipos de bananas. Animais domésticos como cães, galinhas, algumas cabeças de gado e jumentos - estes são o meio de transporte essencialmente utilizado na região - foram

introduzidos há algum tempo na vida dos Surui, assim como o cultivo e consumo de arroz.

O crescente intercâmbio com a sociedade regional ocasionou alterações verificadas no plano da organização social, ao nível das regras matrimoniais, distribuição clânica, além da divisão sexual do trabalho.

Em 1961, quando de sua primeira visita aos Surui, LARAIA observou que aquele pequeno grupo estava dividido em cinco grupos de descendência unilinear: saopakania (gavião), koaci-aruo (quati), karajá, pindawa (palmeira) e ywyrá (árvore). O autor considerou-os então como clãs, uma vez que eram exogâmicos, possuíam uma chefia e atribuições específicas. Regras de residência patrilocal e descendência patrilinear foram igualmente observadas pelo autor. Segundo ele, "os koaci-aruo detêm a chefia e a caça lhes é interdita. Juntamente com os ywyrá são bons agricultores, sendo que a caça é permitida aos segundos. Por sua vez, os saopakania são excelentes caçadores, desprezam a agricultura e parecem ter mantido os encargos guerreiros. Quanto aos karajá e pindawa, pouco sabemos de suas atribuições" (cf. LARAIA, 1967 b:43).

A especialização das atribuições dos clãs parece não se apresentar mais de forma tão nítida como a descrita por LARAIA.

Quanto ao fato de serem rigidamente exogâmicos, observamos um caso de matrimônio entre indivíduos do mesmo clã, ambos saopakania. Indagando ao xamã se tal casamento não seria proibido, ele afirmou que sim, mas justificou-o considerando a falta de mulheres que então se verificava" (cf. QUEIROZ, 1975).

Há entre os Surui um homem maduro chamado "capitão" pelos agentes do órgão tutelar, tendo em vista a "necessidade" de um mesmo indivíduo mediador entre o grupo e a agência governamental. Sawara'á pertence ao clã saopakania; sabe-se, entretanto, que a

chefia tradicional deste grupo Tupi é hereditária e pertence ao clã koaci-arúo. E, de acordo com a observação de LARAIA, "não existem lutas internas pela chefia tribal, por ser esta hereditária, pertencente ao clã koaci-arúo, cujos membros julgam-se descendentes diretos de Mahira, amosa (avó) de todos os Surui" (LARAIA, 1972 b:57).

Quando o velho Mušená morreu - um koaci-arúo, chefe do grupo na época do contato - seu filho mais velho, Saraku, mesmo sendo o primogênito, não substituiu o pai. Kwarikwara, segundo filho de Mušená, herdou a chefia, pois Saraku era considerado um "marginal" no seio de seu grupo, de acordo com as informações de Laraia (1967 a). Saraku e Kwarikwara faleceram em 1962. Assumiu então a chefia o filho mais novo de Mušená, Koati. Com a morte deste último, logo em seguida, a chefia ficou durante muito tempo com Awamassu, do clã Karajá, pois Saraku e Kwarikwara tinham deixado filhos ainda pequenos (Sawarapy e Apy) e Koati não havia deixado descendentes. O clã da chefia, desta forma, ficara desprevido de elemento adulto.

Segundo os Surui, data mais ou menos desta época a "escolha" de Sawarajá para a chefia - o "capitão" que teria sido imposto ao grupo por um kamará. Uma das características dos grupos Tupi é exatamente um sistema de chefia difusa entre os homens adultos, com qualidades xamanísticas. Sawarapy e Apy são hoje adultos; o segundo casou-se com a primogênita de Awamassu, forma por este encontrada de continuar a tecer relações de poder entre o grupo. A transmissão formal da chefia poderá vir a ocorrer quando Apy tiver filhos.

A manipulação das relações de poder tem, portanto, limites bastante fluidos entre os Surui. A operação de um sistema político-religioso específico permite apontar para a existência de clivagens internas quanto a interesses particulares, como tem se verificado na organização da produção e comercializa-

ção das safras de castanha, conforme apresentado anteriormente.

Com a morte de Mušená, todos os nomes pessoais dos Surui - cuja autodenominação é AIKEWARA¹ - foram substituídos, apontando para a operação de mecanismos reguladores da ordem social, controlados pela "vida dos mortos". A dominância de uma esfera cosmológica - responsável pela reprodução de formas sociais específicas dos grupos de língua Tupi - já foi anteriormente salientada, em relação à permanência do grupo no mesmo território tradicional, apesar de toda a sorte de pressões sofridas.

As práticas de cura xamanística limitam-se agora quase que exclusivamente às crianças, pois os adultos procuram os medicamentos do Posto. O tabaco, para a confecção dos longos cigarros das cerimônias religiosas, é pouco cultivado. Os cantos noturnos, dirigidos pelos xamãs, já não são frequentes. Muitas vezes, são realizados para exibição aos visitantes. Os rituais de iniciação masculina, com a cerimônia da perfuração do lábio inferior, também não se realizam mais desde a morte do velho chefe Mušená, ocorrida em 1960.

¹ "Surui" foi uma denominação adotada por frei Gil Gomes, por ocasião do contato com o grupo.

3- O "projeto" FUNAI-CVRD

Assim como entre os Gaviões de Mãe Maria, procedemos a uma primeira avaliação do "projeto de apoio" em fase inicial de execução junto aos Surui do P.I. Sororó. Conforme foi salientado, a importância e urgência da correta redemarcação daquele território tribal foram apontadas pelos próprios Surui, em carta endereçada ao presidente do órgão tutelar (cópia anexa a este relatório), enquanto necessidade fundamental e condição básica para a sobrevivência, numa região onde a disputa pela posse da terra tem um caráter eminentemente conflitivo.

Esta garantia do território íntegro consiste, sobretudo, na possibilidade de assegurar a "atualização de formas de organização social "típicas", ou seja, consistentes com as particularidades estruturais do grupo étnico, principalmente quando em processo de articulação étnica" (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1976: 65). As práticas engendradas pelos Surui no decorrer destes trinta anos de contato - sobretudo aquelas voltadas, mais recentemente, para a conquista do seu território - apontam para um processo de adaptação à situação interétnica, onde a identidade vem sendo por eles manipulada.

Afora a questão da redemarcação da reserva, os demais itens constantes do 'projeto' original deverão ser reconsiderados em função de um dimensionamento e ritmo de atividades particulares aos Surui. Talvez seja desnecessário salientar mais uma vez que a inadequação dos "modelos" de projetos para áreas indígenas - tal como o apresentado - decorre primeiramente do desconhecimento de um modo de vida específico e, em segundo lugar, do fato das comunidades indígenas envolvidas não participarem efetivamente da elaboração dos mesmos.

No caso dos Surui, as necessidades imediatas apresentadas pelos componentes do grupo devem ser entendidas em função das

clivagens internas existentes, calcadas num modo de vida tradicional, conforme explicitado. Assim, por exemplo, se uma porção do grupo entusiasma-se diante da perspectiva "promissora" de possuir um trator - embora não se saiba exatamente qual a sua função numa região em que a mecanização da lavoura é comprovadamente anti-econômica - outra parcela acha que se trata unicamente de um experimento a ser levado a efeito ali, onde um possível fracasso, de consequências imprevisíveis a nível da organização social também se divisa,

Como se verifica, a agência tutelar tende a reconstruir as instalações do Posto (infra-estrutura) todas as vezes que os Surui se mudam de aldeia. Mortes ocorridas no local, acidentes como o incendiamento da aldeia há cerca de dois anos ou mesmo a proximidade das roças são alguns dos fatores que levam os Surui a construir novos aldeamentos. E pelo menos três vezes em dez anos a sede do Posto Indígena foi reconstruída, sendo que a atual foi recentemente reformada para abrigar a enfermaria.

Muitos dos componentes do grupo não concordam com a necessidade de se construir uma nova enfermaria junto àquela aldeia, uma vez que a qualidade dos serviços do atendente que lá se encontra parece não ser satisfatória. No caso de doenças de média gravidade, o deslocamento para São Geraldo do Araguaia (ou Marabá) lhes parece mais seguro e facilitado com a reconstrução da OP-2, bastando para isso que o Posto disponha de uma viatura.

Há cerca de dois anos foi perfurado um poço, junto à atual escola, que não apresenta condições de uso durante a estação seca, dada a sua pouca profundidade. Torna-se portanto necessária a perfuração de um outro poço, possivelmente de tipo amazônico (tal como aquele do P.I. Mãe Maria).

A ampliação e melhoria da pista de pouso da área já foram executadas pelo 2º Batalhão de Engenharia e Construção que vem trabalhando nas obras da OP-2, por solicitação do atual chefe do P.I. Sororó, que encaminhou à FUNAI um relatório a este respeito, documentado com fotografias.

O desconhecimento de um modo de vida tribal específico traduz-se pela proposta de introdução de equipamento para energia solar entre os Surui, bem como de maquinaria agrícola. Muitos dos itens apresentados no 'projeto' original mostram-se inadequados dado o uso que se faz da terra na região, conforme explicitado, afóra as particularidades daquele grupo tribal.

O término da construção da casa de farinha e da escola dos Surui ocorreu em janeiro último, com recursos de Póloamazônia. Desde então a escola vem funcionando com duas turmas de crianças e adolescentes em dois períodos, apesar das sucessivas substituições de professor. A implantação de um programa de alfabetização exclusivamente em língua portuguesa leva ao abandono progressivo de uso do idioma original entre um grupo bilingue como os Surui. Os adultos, que foram alfabetizados há muito tempo - frei Gil Gomes chegou a deslocar vários jovens para cidades do interior de Minas Gerais e São Paulo - vêem agora a possibilidade de seu aproveitamento como monitores de educação e saúde. Deve, portanto, ser buscada a colaboração de profissionais competentes nestas áreas para a reelaboração de programas adequados às necessidades específicas dos Surui.

A contratação de pessoal deve-se restringir, de acordo com o chefe do P.I. Sororó, ao mínimo (que é o máximo) necessário: um motorista, um trabalhador braçal e um técnico agrícola.

A formação de roças, pomares e pastagens deve, por sua vez, pautar-se pelo dimensionamento e ritmo destas atividades tal

como apresentados pelos Surui. A introdução apressada de alguns itens pode levar à desorganização de um determinado sistema lá operante, tal como ocorreu por ocasião do envio de mudas de árvores frutíferas ao P.I.Sororó no final de 1982. Como não se dispunha de local apropriado para o plantio daquelas mudas recém-adquiridas pelo órgão tutelar, os Surui foram levados a plantá-las no único pasto, cercado e em condições de uso para os muares, nas proximidades da aldeia.

O rebanho bovino dos Surui - reduzido a cerca de dez cabeças - encontra-se atualmente numa pequena pastagem fermada no limite sudeste da área, por um regional, nas proximidades de São Raimundo.¹ Per ausência de condições para manutenção do rebanho - vacinas, medicamentos, etc. - a incidência de raiva bovina por várias vezes chegou quase a extingui-lo. Durante anos seguidos, o rebanho esteve aos cuidados de regionais, uma vez que a lida com o gado não se constituía em tarefa simples para os Surui. Apenas alguns poucos jovens dispunham-se a ordenhá-lo, apesar do consumo de leite ser apreciado pelos Surui.

Parece enfim pouco convincente que a proteção efetiva do território tribal, assim como a assistência devida àquele grupo indígena consistam na mera duplicação de uma infra-estrutura já existente no P.I.Sororó, objetivo do "projeto de apoio" apresentado pelo órgão tutelar.

A reprogramação das atividades do "projeto" deverá considerar prioritária a correta demarcação da área indígena, cuja ampliação é indispensável à sobrevivência digna dos Surui. As demais atividades serão, portanto, mera decorrência de um pro-

¹ Local onde, desde 1981, reside uma única família Surui que mantém ali um pequeno estabelecimento comercial, junto a OP-2.

grama de desenvolvimento comunitário dos Surui, redimensiona
do por eles sempre que necessário.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BECKER, Bertha K., Geopolítica da Amazônia. A nova fronteira de recursos, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1982.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto, Identidade, etnia e estrutura social, São Paulo, Livraria Pioneira Editora, 1976.
- FERRAZ, Iara, "Ôs índios Gaviões: observações sobre uma situação crítica", Rio de Janeiro, datilografado, julho de 1982 (CVRD).
- LARIAIA, Roque de Barros, "Arranjos Poliândricos na Sociedade Surui", in Revista do Museu Paulista, N.S., vol. XIV, São Paulo, 1963.
- "A Fricção Interétnica no Médio Tocantins", in América Latina, ano 8º, nº 2, Rio de Janeiro, abril/junho, 1965.
 - "O Homem marginal numa sociedade primitiva", in Revista do Instituto de Ciências Sociais, vol. IV, nº1, Rio de Janeiro, jan./dezembro, 1967 a.
 - "Akuáwa-Asurini e Surui: análise de dois grupos Tupi", in Revista do Instituto de Estudos Brasileiros da USP, nº 12, São Paulo, 1972 a.
 - Organização Social dos Tupi Contemporâneos, tese de doutoramento, mimeo, Brasília, 1972 b.
- ... e DA MATTA, Roberto, Índios e Castanheiros. A empresa extrativa e os índios no médio Tocantins, São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1967 b.
- QUEIROZ, Renato da Silva, "Relatório de pesquisa antropológica realizada entre os índios Surui do Estado do Pará", datilografado, São Paulo, janeiro, 1975.

OBSERVAÇÕES

O "Plano Integrado de Desenvolvimento Comunitário Gavião-Surui" foi uma tentativa de dar continuidade ao trabalho iniciado em 1975 com o "projeto da castanha" dos Gaviões de Mãe Maria. Tinha por objetivo desenvolver atividades nos setores de educação e saúde, sobretudo com a formação de monitores. Entre os Surui, consistia em estender a perspectiva de autonomia conquistada pelos Gaviões com a safra de 1976, através de uma participação efetiva dos Surui na questão da correta demarcação de seu território. Juntos, chegamos a elaborar uma série de croquis detalhados da área do P.I. Sororó, com a colaboração daquele que fora o seu fundador, Antonio Pereira Neto (que, na ocasião, encontrava-se trabalhando junto à cúpula do órgão tutelar).

No entanto, devido à pressão exercida pelos chefes políticos locais, os "fazendeiros" vizinhos dos Surui - mais uma vez aliados a setores regionais da FUNAI, houve fraude na demarcação efetiva, completada em 1977. Há uma portaria recente - nº 1370/E de 24/8/82 - que declara como de posse permanente dos Surui a área demarcada.

Deste modo, o PIDC Gavião-Surui, programado para o biênio 1977-78, nunca chegou a receber recursos para a sua implementação. Com as mudanças de orientação na política indigenista oficial, dispensando os antropólogos que coordenavam no campo os chamados "projetos de desenvolvimento comunitário", a tentativa de descentralização administrativa e consequente maior participação das comunidades indígenas envolvidas, apresentava então o seu declínio.